

O ESPAÇO RURAL DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA E OS AGENTES PRODUTORES: A AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE

Patrícia Dalmina de Oliveira¹

Fabio Moser Agostini²

Keila Jaíne Wronski³

Resumo

A região do Extremo Oeste Catarinense possui laços estreitos com a agricultura familiar e a agroindústria, tendo grande destaque estadual e nacional. A realidade dos pequenos agricultores nem sempre é fácil e lucrativa, a partir dessa concepção nasce ideais relativas a pluriatividade na agricultura familiar, visando diversificar a atividade do agricultor, incentivar e proporcionar tecnologias e maior lucratividade. O presente artigo visa discutir os conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade, e a aplicabilidade da pluriatividade na realidade econômica regional, entendendo que papel poderiam ter as casas de apoio ao agricultor. Como exemplo regional utilizou-se a cidade de Descanso/SC, que possui a maior parte da sua população no meio rural e que inaugurou em 2016 a Casa do Agricultor visando propiciar a venda de produtos agrofamiliares.

Palavras Chaves: Pluriatividade. Agricultura Familiar. Extremo Oeste Catarinense. Descanso.

Abstract

The region of the Far West of Santa Catarina has close links with family agriculture and agroindustry, with state and national prominence. The reality of small farmers is not always easy and profitable, from this conception arise ideals regarding pluriactivity in family agriculture, aiming to diversify the activity of the farmer, encourage and provide technologies and greater profitability. The present article aims at discussing the concepts of pluriactivity and multifunctionality, and the applicability of pluriactivity in the regional economic reality, understanding what role farmers' support houses could play. As a regional example, the city of Descanso/SC, which owns the majority of its population in rural areas, was inaugurated in 2016 as the Farmers' House to promote the sale of agro-family products

Key Words: Pluriativity. Family farming. Far West Catarinense. Descanso/SC.

¹ Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdades de Itapiranga – FAI, E-mail: contato@patriciadalmina.com

² Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, graduado em Gestão Financeira pelo Instituto Politécnico do Paraná e acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. E-mail: fabiomoseragostini@hotmail.com

³ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Itapiranga – FAI, E-mail: keila_wronski@hotmail.com

Introdução

A agricultura atualmente vem passando por momentos de transformação, o que gerou uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no mundo rural brasileiro, produzindo impactos diretos sobre a sua estrutura. Exemplo disso, são as políticas públicas que não contemplam satisfatoriamente a agricultura familiar, pois direcionam os financiamentos e incentivos para a produção de exportação, a qual não é a realidade da agricultura de caráter familiar. (CANCELIER, 2007).

O rural também vem sofrendo transformações sobre sua função, para Wanderley (2009) devemos compreender o mundo rural como uma sociedade urbana-industrial, e não só mais uma civilização agrária. Endlich (2010) complementa, ao afirmar que atualmente cada vez menos habitantes do campo trabalham na agricultura, pois se vinculam a novas atividades como por exemplo do setor terciário e secundário. Logo o rural não pode ser visto como um único setor econômico (o agrícola), mas um espaço de múltiplas funções (CANCELIER, 2013).

Os Agentes de transformação do espaço, os agentes territoriais conforme Cancelier (2013) estão interessados nesse novo mercado até então pouco explorado. Evidenciam o espaço rural pela sua qualidade de vida, bem estar, criam novos usos e principalmente chácaras de lazer, condomínios rurais fechados, e turismo rural, todos evidenciando o lucro. Percebe-se através desses aspectos, que o meio rural ultrapassou a simples função do produzir agrícola, e passou a abranger os interesses econômicos, políticos e sociais, trazendo complicações para a agricultura familiar. (CANCELIER, 2013).

A região do Extremo Oeste Catarinense vem passando pela complexização das inter relações urbano-rurais. Conforme Moraes, Vaz e Dalmina (2015) esse processo, levou a dispersão e um ligeiro encolhimento populacional, surgindo um processo de "periurbanização" que acabou criando assentamentos urbanos dispersos dentro do ambiente rural, com uma morfologia não planejada e difusa desenvolvida por fatores não conectados.

A microrregião do Extremo Oeste Catarinense é composta por 20 municípios de pequeno porte (IBGE, 2010), dos quais, 19 fazem parte da AMEOSC (Associação dos

Municípios do Extremo Oeste Catarinense) sendo eles: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis. Destaca-se aqui que o único município que não faz parte da AMEOSC é o município de Riqueza, a qual faz parte da AMERIOS (Associação dos Municípios do Entre Rios). Usaremos aqui, a composição dos 19 municípios que formam a AMEOSC, pelas suas ligações econômicas, políticas e sociais.

Logo, a escolha da região do Extremo Oeste se justifica pelo fato de que 75,19% dos estabelecimentos rurais possuem entre 10 a 20 hectares (Censo Agropecuário 1995-1996 apud OLIVEIRA, 2016), sendo que 98,08% dos estabelecimentos são menores do que 100 hectares. De acordo com Oliveira (2016), essa estrutura fundiária, conjugada com a base econômica da região, associada com a produção agropecuária, acaba favorecendo a agricultura familiar, bem como a ocupação da mão de obra regional no meio rural (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Oliveira (2016), nas últimas décadas alguns municípios da AMEOSC, sofreram um aumento gradual das atividades industriais, além da diversificação do comércio e serviços, o que proporcionou a consolidação de centros urbanos como São Miguel do Oeste. No entanto, a economia da região ainda depende do setor primário - agricultura - e sua cadeia de valor agroindustrial local.

O aumento das atividades industriais nos municípios de destaque regional (São Miguel do Oeste, Itapiranga, Mondaí e Dionísio Cerqueira), e a falta de incentivos e de expectativas quanto ao futuro da agricultura familiar contribuem para uma estagnação econômica desses estabelecimentos. Logo, a cada ano aumenta o número de pessoas que abandonam o espaço rural e migram para o espaço urbano, contribuindo para o processo de declínio econômico e o êxodo rural. Exemplo disso, são as cidades de Anchieta, Paraíso, Palma Sola que apresentaram diminuição da população de -15 a -10%, nos anos de 2000 a 2010. Em contraponto os municípios que possuem maior população economicamente ativa de caráter comercial, industrial e de serviços como Itapiranga tiveram aumento populacional de 17,22%.

De acordo com Mior (2003 apud CANCELIER, 2007), a região do Oeste Catarinense até os anos de 1980 possuía uma relativa estabilidade da agricultura familiar, onde a maioria dos agricultores familiares estava integrado ao mercado, o que acabou sofrendo modificações a partir de 1990. Conforme Cancelier (2007), isto ocorreu devido a produção integrada com as agroindústrias que deixaram de ser uma alternativa viável aos produtores familiares. A diminuição de renda de alguns produtores, fizeram com que os mesmos buscassem novas estratégias produtivas para manter o estabelecimento, visando o aumento da competitividade. Conforme Brumer (1999 apud CANCELIER, 2007) o agricultor busca produzir aquilo que irá vender com condições mais vantajosas em termos de lucro, não somente, aquilo que é mais adequado às suas condições físicas e regionais.

Assim, parte-se da necessidade em compreender o espaço rural do Extremo Oeste Catarinense tendo como foco as relações entre agricultura familiar, a multifinalidade, a pluriatividade e a agroindústria, como forma de constituir um instrumento de análise que fornecendo dados e perspectivas para ações futuras a serem implementadas no espaço rural.

A agricultura familiar no Extremo Oeste Catarinense

A configuração do desenvolvimento do Extremo Oeste catarinense começa ser desenhada a partir de sua colonização na década de 1940, a qual modificou o modo de vida serrano da região para implantação de pequenas propriedades agrícolas a partir da venda de terras às famílias do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2016).

Traço marcante do processo de colonização foi sua estruturação fundiária que condicionou a região a uma divisão de terras em pequenos lotes, que segundo Moreira e Medeiros (2006) cada propriedade era composta por lotes de no máximo 30 hectares, onde o planejamento do território e suas ações eram realizados com a participação familiar. Essa divisão territorial levou ao processo produtivo da agricultura nômade. Conforme Oliveira (2016, p. 53)

[...] agricultura itinerante ou nômade, conhecida pelos economistas rurais como sistema de rotação de terras. Em primeiro lugar, produzia-se a subsistência familiar, e posteriormente o excedente de produção era trocado com a casa comercial local por outros produtos incapazes de serem

produzidos na propriedade rural. Esse processo criava uma dependência produtor-comerciante, sendo que o produtor não sabia quanto valia o seu produto.

Percebe-se que a atual configuração territorial está intimamente associada ao processo de ocupação e a formação socioeconômica da região. Na região ocorreu o predomínio dos estabelecimentos agrícolas familiares, conforme exemplifica Oliveira (2016, p. 53:

A formação desses núcleos colonizadores, não era fruto do acaso, mas de uma relação entre o universo rural e sua economia. Uma aposta ao futuro, sem a qual o presente não estaria acontecendo, uma região marcada pela agroindústria e pela agricultura familiar.

De acordo com Abramovay (1992, p. 101-2 *apud* PLEIN, 2005), o campesinato deve ser analisado como forma de viver em sociedade, não apenas como um modo individual de produção. Ou seja, as relações econômicas advindas da produção rural são capazes de influenciar a vida social do meio em que está inserida, o que traça fortemente a cultura de colaboração e cooperativismo presente na atualidade e desde os primórdios da colonização do Oeste Catarinense, e o parcelamento da terra em pequenas propriedades.

Conforme o Incra (2002) a pequena propriedade rural é aquela que possui até quatro módulos fiscais. Sendo este módulo relativo para cada município e expresso em hectares. Para calcular o módulo é analisado o tipo de exploração predominante no município, bem como a renda resultante dessa exploração, outras explorações com significância em função de renda e/ou área utilizada, entre outros. O módulo básico para os municípios do extremo oeste catarinense é de 20 hectares, excluindo os municípios de Anchieta, Belmonte, Descanso, Palma Sola, Santa Helena que possuem como módulo básico 18 hectares.

Atualmente a produção de grande parcela das propriedades rurais é destinado às grandes indústrias de beneficiamento presentes na região. Exemplo disso, são algumas agroindústrias como a JBS e a Aurora, que tem os produtores do extremo oeste como fonte principal de matéria prima para a fabricação dos seus subprodutos através do sistema de integrado (OLIVEIRA, 2016). Nesse sistema, o produtor recebe da empresa

insumos e assistência técnica tendo como contrapartida, a venda exclusiva para a empresa mantenedora. De acordo com Bavaresco (2003) esse sistema integrado em 1970-1975 correspondiam a 95% das negociações da região.

Conforme Oliveira (2016) o sistema integrado sobrepôs o modo autossuficiente que era adotado na colonização, e conjugado com os estímulos governamentais para o plantio de trigo e soja formou a produção casada. Porém, devido ao relevo e os lotes não ultrapassarem 30 hectares, logo, a dificuldade de mecanização da lavoura e modernização do campo formou dificuldades para a maior parte do Extremo Oeste. Assim, cinquenta e cinco anos após as primeiras investidas das companhias colonizadoras, já em 1995, a base econômica da região ainda era a agricultura, com ênfase na base familiar.

Fujita, Maia, Alba (2013) destacam que a região oeste tem a atividade agroindustrial como papel fundamental na estruturação das cidades, pois se ligam às mais diversas atividades, por exemplo: logística, metalmecânico, moveleiro, embalagens, câmaras frigoríficas, biotecnologia, equipamentos, entre outros.

Do processo agroindustrial e o desenvolvimento regional, a ocupação urbana foi um dos pontos que mais sofreu alteração e evolução. Para Oliveira (2016) conforme diminuiu a necessidade de mão de obra para a produção agrícola pela crescente modernização, ocorreu a migração para o meio urbano pela oferta de bens e serviços. Como resultado, as cidades que possuíam maior polo de serviços e indústrias acabaram se desenvolvendo.

Conforme os dados de IBGE (1980 apud Oliveira, 2016) nos anos de 1980 a população rural do 19 municípios da AMEOSC era de 71,08%, em contraponto em 2010 a população rural diminuiu para 40,96%. Para Oliveira (2016, p. 105) isso representa um aumento populacional urbana regional de 195,58%. A realidade atual trouxe então uma redefinição de papéis, em alguns municípios encontra-se um maior número de funções e em outros funções foram perdidas. “Isto ocasionou uma nova divisão técnica, social e territorial do trabalho, possibilitando uma rede urbana mais diversificada e complexa”. E como consequência uma redefinição dos papéis da agricultura familiar local que buscam a pluriatividade e multifuncionalidade para sobreviver a nova economia.

A agricultura familiar: pluriatividade e multifuncionalidade

Observa-se atualmente a necessidade de compreensão do espaço rural através de um novo ponto de vista, não só como espaço físico, mas também como local de interações interpessoais e mercantis mais abrangentes que a simples produção agrícola. (CANCELIER, 2007)

Conforme Barreto (2004 *apud* CANCELIER, 2007) existem dois enfoques sobre a serem analisados sobre a agricultura familiar. O primeiro se trata da pluriatividade, onde quebra-se o paradigma existente que as famílias do meio rural vivem exclusivamente das atividades agrícolas. Atualmente, percebe-se uma variedade na composição de renda das famílias do meio rural como por exemplo; a construção civil, confecções, artesanato, entre outros. O segundo enfoque, é o da multifuncionalidade relacionada diretamente a agricultura, ou seja além da produção e extração de bens privados como alimentos, fibras, agroturismo, e outros produtos comerciais, ainda podem desenvolver funções relacionadas aos bens públicos, como a manutenção da diversidade, conservação da paisagem rural, herança cultural entre outros. A pluriatividade pode ser tida:

[...] como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. As famílias rurais organizam-se de modo que uma parte de seus membros permaneça na propriedade, geralmente os mais velhos, enquanto os demais se dedicam aos trabalhos fora da propriedade. (CANCELIER, 2007, p. 89)

Observa-se então que existe essa dinâmica já instaurada na região do Extremo Oeste Catarinense da pluriatividade e a multifuncionalidade, a primeira ligando-se diretamente ao homem residente no campo, o qual pode ou não desempenhar a atividade agrícola, porém, mantém seu vínculo com o meio. Por sua vez a multifuncionalidade está intrínseco a funcionalidade do espaço físico rural.

De acordo com Etxezarreta (et all, 1995 *apud* SCHNEIDER et al, 2015), a pluriatividade transpassa uma organização social e econômica no modo de produzir das

propriedades rurais, o que torna a agricultura familiar um modo flexível de produção, o que garante a sua continuidade na cadeia produtiva.

Um grande exemplo da pluriatividade pode-se dizer que é a especialização por parte de membros de núcleos familiares agrícolas através dos cursos técnicos ou até mesmo de nível superior, buscando aprimorar conhecimento e técnica para o aperfeiçoamento de suas propriedades, assim como, o desenvolvimento de novos produtos para criação de novos nichos de mercado. A exemplo observa-se a demanda das instituições de ensino superior, conforme Oliveira (2016) existe uma procura por especializações ligadas ao meio rural e agroindustrial na região de São Miguel do Oeste, exemplo disso é a pesquisa das instituições públicas com população regional para definição dos cursos, Oliveira (2016, p. 128) relata: “para iniciar os cursos no IFSC São Miguel do Oeste foram realizadas audiências públicas onde foram demandadas as prioridades dos cursos por ordem Agroindústria (26%); Agroecologia (24%); Manutenção Automotiva (18%); Móveis (10%).

Percebe-se uma procura do agricultor familiar por novos mercados e especializações, como já dito, buscando a especialização e a valorização do seu produto além de se inserir no mercado com preços competitivos, e gerando lucro a sua propriedade.

De acordo com Cazella e Roux (1999), há uma necessidade visível de olhar para os países de Primeiro mundo e repensar o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente no que concerne em criar novas atividades rurais, sendo em relação a pluriatividade ou atividades não rurais. Porém ressalta-se o fato

A agricultura familiar apresentar diversas formas de organização tanto econômica como social, organizações que precisam ser estudadas e exemplificadas. Compreender estas novas dinâmicas e encará-las como fatores concretos, auxilia a administração pública, instituições de ensino e outros órgãos não governamentais a traçarem perspectivas, planos e políticas para a fomentação da agricultura familiar.

A busca pelo desenvolvimento regional do Extremo Oeste Catarinense deve estar aliado ao fortalecimento da agricultura familiar, estabelecendo metas para a melhoria da qualidade de vida, especializações e entendimento das dinâmicas existentes neste espaço.

No Sul do país, ainda é muito usual encontrar casas de ensino rural, que visam educar o aluno como o ensino básico prevê, mas alternar as atividades com teoria e prática sobre a produção agrícola. A ideia é que os alunos fiquem uma semana na escola e outra semana na propriedade, aplicando o conhecimento obtido até então e os estimulando a permanecerem no campo, ou seja, aproveitando o potencial da produção familiar.

Ainda tendo como base os municípios da AMEOSC, constata-se que existem em funcionamento apenas três escolas do tipo “Casa Familiar Rural” (Guaraciaba, Iporã do Oeste e São José do Cedro), somadas ao Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas (São Miguel do Oeste) e ao IFSC (Campus de São Miguel do Oeste), que totalizam os espaços de ensino onde a aprendizagem agropecuária e agroindustrial são concomitantes ao ensino médio usual. Ou seja, apesar de a região ter como base econômica a agricultura, pecuária e agroindústria, além de a maioria da população residir no ambiente rural (IBGE, 2010), ainda são poucos os espaços que fomentem a permanência do jovem no campo, o que facilita o êxodo rural e a predominância de latifúndios, progressivamente.

O mercado colonial e a pluriatividade

Atualmente, as comunidades e famílias que vivem nos espaços rurais estão buscando novas formas de manter-se economicamente e socialmente nesses espaços, além de muitas vezes buscarem a conservação dos ecossistemas e as funções ambientais.

A região do Extremo Oeste Catarinense, associada a agricultura familiar e pequenas propriedades, também esteve historicamente ligada à produtos de origem colonial. Conforme Dorigon (2010) entende-se por produtos coloniais, aqueles que são tradicionalmente processados nos estabelecimentos agrícolas por agricultores, para consumo familiar. Entre os produtos coloniais mais conhecidos temos, salames, queijos, doces, geléias, conservas de hortaliças, sucos e vinhos, massas e biscoitos, sendo estes ligados aos imigrantes europeus e seus descendentes.

O mercado voltado e especializado em produtos coloniais se apresenta como uma das opções de renda aos agricultores após a exclusão de commodities, produtos que

funcionam como matéria prima produzidos em larga escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como por exemplo a carne bovina; café; e suco de laranja congelado. (DORIGON, 2010).

Ao falar da produção rural a qual não seja proveniente do cultivo de grãos ou da criação animal, entra-se no conceito das AFRs, sigla para Agroindústria Familiar Rural, citado por Sulzbacher (2009), como uma alternativa capaz de agregar valor aos produtos agropecuários.

Dada esta especificidade, a AFR caracteriza-se por se inserir em nichos de mercado, a partir de realidades onde a cultura exerce significativa influência nas relações sociais e de produção, configurando identidades territoriais tanto ao produto artesanal como ao espaço local destes produtos. (SULZBACHER, 2009, p 2)

De acordo com Dorigon (2010) analisar o funcionamento desses mercados é de fundamental importância para a formulação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, e de valorização do espaço rural.

A valorização através do reconhecimento, estudo e planejamento do espaço rural ao fomentar sua economia se faz relevante, uma vez que, ocorre a promoção de uma série de transformações como sociais, econômicas e ambientais. Para Sulzbaker (2009, p. 2_ os ambientes rurais são como “locais que guardam uma nova divisão territorial do trabalho, surgida de uma resistência ao processo tradicional de desenvolvimento considerado, até a década de 1990, como necessário a fim de que as populações atingissem o bem-estar universal.”

Para muitos agricultores, a AFR pode ser considerada como uma forma de reapropriação de práticas que haviam sido transferidas ao grande complexo industrial configurado a partir da década de 1950 devido a legislação sanitária.

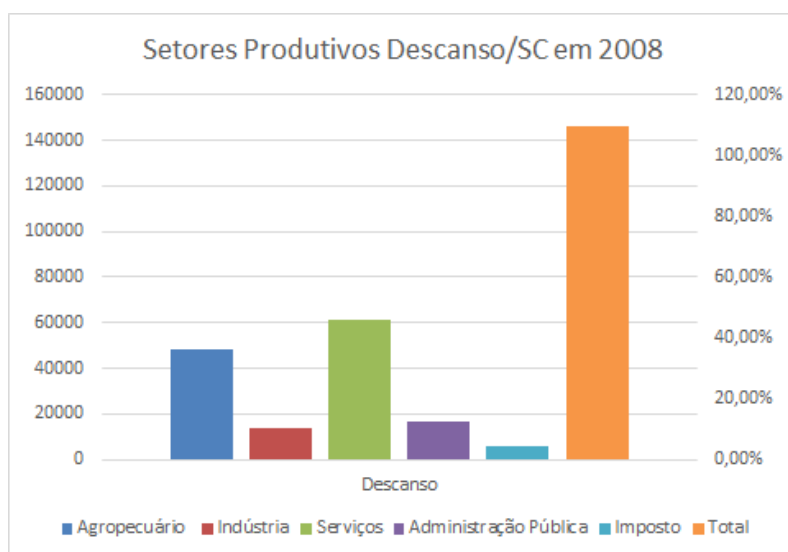
Já no espaço urbano percebe-se que as casas/feiras agrícolas, são um local de grande potencial para o desenvolvimento da pluriatividade dos agricultores rurais, tornando-se um ponto de venda, assim como, um difusor da manufatura colonial, para tanto, é necessário entender o funcionamento atual das mesmas no Extremo Oeste Catarinense, sendo a Casa do Agricultor em Descanso um dos exemplos dessas atividades na região estudada.

Descanso e a casa do agricultor

O município de Descanso, possui conforme IBGE (2010) 8.634 habitantes dos quais 50,23% da população se encontra no meio rural. Conjugada a isso, ao analisar a composição dos setores produtivos de Descanso em 2008 (Gráfico 01), percebe-se que 33,00% era de origem agropecuário, e apenas 9,43% de origem industrial o que comprova que a economia do município está ligada a produção agropecuária.

Conforme a tabela 01 pode-se perceber que a população rural do município sofreu declínio nos últimos 10 anos de 7,21%, porém ainda se mantém como maioria. Ao analisar a população do município entre os anos de 2000 e 2010, houve uma regressão de -5,42% da população total da cidade, um número pouco inferior ao da população rural.

Gráfico 01 - Setores Produtivos Descanso /SC em % - 2008



Fonte: Base de dados IBGE 2008. Elaborado por Oliveira (2017)

Tabela 01: População de Descanso 2000 e 2010

DESCANSO	2000	2010
População	9.129	8.634
População Rural	5.244	4.337

População	3.885	4.297
Urbana		

Fonte: Base de dados Censo 2000 e 2010. Elaborado por Oliveira (2017)

Essa redução populacional do meio rural pode-se dever a diversos motivos, conforme Oliveira (2016) há uma tendência da população se deslocar para locais mais urbanizados, sendo que muitas vezes busca-se aquela em que o município de origem tem maior vinculação econômica, ou dependência de serviços. Em relação ao Extremo Oeste Catarinense, Oliveira (2016), ao analisar o aumento populacional da região, percebe que os municípios destinos são normalmente: Itapiranga, Iporã do Oeste e São Miguel do Oeste.

Um dos principais motivos que leva as pessoas a buscarem o meio rural está ligado a configuração fundiária, as forças produtivas e a relação de produção do espaço rural. Como o Extremo Oeste Catarinense possui 98,08% dos estabelecimentos rurais menores de 100 hectares, isso acaba marcando uma região formada por minifúndio e agricultura familiar. (OLIVEIRA, 2016). Conforme Oliveira (2016, p. 108):

O fato da maioria dos estabelecimentos ser menor que 100 hectares pode ser um dos fatores que levam a saída da população do meio rural. A família não conseguiria dar sequência a divisão de terras para satisfazer filhos e netos, já que a divisão da áreas, seria economicamente inviável para plantação.

Assim, percebe-se uma necessidade eminente de incentivar as regiões rurais do Extremo Oeste Catarinense, visto que as indústrias são ligadas ao capital rural. Para isso, conforme Oliveira (2016, p. 108) “Um fator de grande importância é a transposição de tecnologias e ciência para as regiões rurais, o que visa reduzir em grande parte as diferenças entre a cidade e o campo e em consequência as migrações.”

Além da disseminação de tecnologias para as regiões rurais, ainda o cenário eminente da pluriatividade, bem como incentivos municipais podem apoiar e proporcionar maior lucro as famílias rurais. É nesse sentido que em muitos municípios

do Extremo Oeste Catarinense começam a surgir as casas de apoio a venda do produto do agricultor, exemplo disso é a de Descanso/SC.

Segundo Pelissari (2017), que produz e vende seus produtos toda semana na Casa do Agricultor em Descanso, a ideia começou ainda no ano de 1998, quando dezessete feirantes do município se reuniram em frente ao Salão Paroquial da Igreja Católica para comercializar diversos produtos por eles fabricados. Porém, após algum tempo, a fiscalização referente à vigilância sanitária proibiu o comércio naquele local e daquela forma, o que fez com que os produtores deixassem a venda de lado por vários anos, não tendo apoio ou sequer algum lugar cedido para fazê-lo.

Já no ano de 2010, os agricultores do município passaram a vender os seus produtos ao município para serem integrados à alimentação escolar, conforme dita a Lei Nº 11.947, de 2009, onde 30% dos valores destinados à alimentação escolar devem ser dirigidos à compra de produtos provenientes da Agricultura Familiar dos municípios ou estados (DESCANSO, 2009).

“V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;” (Lei nº 11.947, de 2009 - DESCANSO, 2009)

Logo, observou-se a necessidade de valorizar a produção local, e um espaço não pertencente ao patrimônio do município foi alugado para a comercialização de mercadorias das famílias de descanso. Com o sucesso da ideia, foram buscados recursos com o Ministério Da Agricultura e da Pesca para a construção de uma Casa do Agricultor (Imagem 01) no município – projeto que se iniciou em 2010 e só foi inaugurado em março de 2016. Com a demora da execução do projeto, muitas famílias deixaram de produzir e vender, mesmo após terem investido em ampliações e investimentos na propriedade rural.

Imagem 01 - Casa do Agricultor em Descanso/SC



Fonte: Wronski (2017)

Conforme Veiga (1992 apud MIOTTO, RAMBO, FLACH, 2016), são as os investimentos e inovações na propriedade rural que auxiliam no aumento dos ganhos aos produtores, o que leva a exclusão daqueles que não inovam. Porém deve-se levar em consideração as diversas dificuldades como oscilações dos preços dos produtos, fatores ambientais como geadas, estiagens e temporais, que prejudicam na produção agrícola. É a busca pelo lucro e a manutenção no mercado que leva aos produtores investirem e se tornarem pluriativos.

Segundo o Prefeito Municipal de Descanso do exercício 2017-2020, Sadi Inácio Bonamigo, desde o princípio da ideia de construir a Casa do Agricultor, o objetivo foi aumentar a renda dos pequenos agricultores, valorizando a produção agroecológica existente no interior do município e fornecer ao perímetro urbano um local onde pudessem encontrar produtos naturais e caseiros com facilidade. Bonamigo (2017) cita a pretensão do poder público em retomar o ânimo dos pequenos agricultores através de novos investimentos e atividades que envolvam o espaço já disponível, mas que pode ser otimizado para conhecimento do potencial de produção agrícola no município, da cultura que envolve a agricultura familiar, e a valorização da economia rural - que norteia a cidade de Descanso.

A realidade do meio rural e de seus sujeitos demonstra o quanto é necessário o desenvolvimento de novas iniciativas, principalmente iniciativas locais. A interação

entre as diferentes agentes, agricultores, locais e instituições públicas nas mais diferentes escalas podem promover a organização e criação de novos mecanismos para atender as dimensões sociais, econômicas e ambientais presentes na realidade do campo e na produção familiar. (SULZBACHER, 2009) Como exemplo dessa aplicabilidade temos as casas destinadas ao produtor rural, que visa apoiar a pluriatividade no campo.

Considerações Finais

A pluriatividade é uma das atividades em ascensão no meio rural, porém estudá-la não é tarefa fácil, principalmente quando esta é associada a agricultura familiar e as pequenas cidades. Compreender o espaço rural e sua pluralidade é um estudo que não termina com este breve ensaio. A intenção em trazer este tema à tona é voltar os olhos para os agentes que empreenderam as primeiras investidas em nossas cidades, inicialmente com o extrativismo através da exploração da madeira, secundariamente com a ocupação do território, o cultivo da terra e atualmente com a busca da multifuncionalidade e da pluriatividade.

O Extremo Oeste Catarinense possui uma colonização incomum ao resto do Brasil. Logo, ao pensar sobre a realidade rural do Extremo Oeste devemos voltar nosso olhar a agricultura familiar que vem como base econômica da região. Para que este olhar seja digno de prover conhecimento e de gerar mudanças, é de vital importância que haja o desprendimento da visão estritamente global, evitando que ocorra a homogeneização a uma única racionalidade, a qual, generaliza e nivela todos os aspectos a uma única forma.

Este voltar de olhos para o pequeno produtor, além de ser uma forma de elencar pontos a serem revistos na política econômica e social, também tem o intuito de auxiliar em um resgate cultural/social uma vez que se incentiva a permanência no campo. Valoriza-se o modo e a qualidade de vida e ainda incentiva economicamente através da valorização dos produtos coloniais.

Referências Bibliográficas

- BAVARESCO, Paulo Ricardo. Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau), Blumenau, 2003
- BONAMIGO, S.I. **Construção e Utilização da Casa do Agricultor Eduardo Wronski em Descanso/SC**. Descanso, Santa Catarina, 26 abr. 2017. Entrevista concedida à Keila Jaine Wronski.
- BRASIL. Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Lex**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 04 maio 2017.
- BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Org.). IBGE Cidades. 2016. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>>. Acesso em: 01 maio 2017.
- CANCELIER, Janete Webler. A agricultura familiar como agente produtor do espaço rural. In: Campos. J. N., BRANDT, M., CANCELIER, J. W. [orgs]. **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. 1ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- CANCELIER, Janete Webler. **A agricultura familiar como agente produtor do espaço rural no município de Chapecó - SC**. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, 2007.
- CAZELLA, Ademir Antonio, ROUX, Bernard. **Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional**. In: Revista: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 13, outubro de 1999, p. 46-69. Disponível em: <http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2011/12/agribusines.pdf>
- DESCANSO. Deonir Dalpiaz. Assessoria de Comunicação da Prefeitura (Org.). **Merenda da agricultura familiar é uma realidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.descanso.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/8631/codNoticia/262515#.WQGP1tIrK01>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

DESCANSO. Lei nº. 11.947, 16 de Junho de 2009. Lei da Merenda Escolar, Lei de Alimentação Escolar, Lei do Programa Dinheiro Direto na Escola. Brasília, 2009.

Disponível em:

https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI

DORIGON, Clovis. **O mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina.** In: V ENEC - Encontro Nacional de Estudos de Consumo, I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos de Consumo, Rio de Janeiro/RJ, setembro de 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FUGITA, C.; MAIA, C. M., ALBA, R. S.. **Reestruturação produtiva e dinâmica urbana e regional no oeste catarinense:** uma análise do papel de Chapecó e outras cinco cidades influentes. In: XV Encontro da Associação Nacional Planejamento Urbano e Regional, XV ENANPUR, 2013, Recife. Encontro da Associação Nacional Planejamento Urbano e Regional: Desenvolvimento, Planejamento e Governança. 2013. v. 1. p. 1-16.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Estatísticas Cadastrais - Municipais. Recadastramento 1992. v.1. 2002

MIOTTO, Juliano; RAMBO, Marco Antônio. FLACH, Rosiane Oswald. **Gestão de propriedades rurais: ser jovem e ser agricultor.** In: Revista Interativa, n.2, Itapiranga/SC, 2016. Disponível em: <http://revista.faiFaculdades.edu.br:8080/index.php/interativa/article/view/219/153>

MORAES, S. T.; VAZ, N. P.; DALMINA, P.;. **Migration and Dispersion: Territorial Patterns Change in Santa Catarina State, Brazil** In: 29th Annual AESOP 2015 Congress, 2015, Praga, República Tcheca. Book of proceedings 29th Annual AESOP 2015 Congress - Definite Space – Fuzzy Responsibility. Praga, República Tcheca: only electronic version, 2015. p.1179 - Acesso em: [<http://aesop2015.guarant.eu/aesop-2015-proceedings-2015-07-09.pdf>]

- MOREIRA, Antônio Carlos; MEDEIROS, Rosa Maria. **Entre colonos e agricultores: a constituição dos camponeses no extremo oeste de Santa Catarina.** II Encontro de Grupos de Pesquisa, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Instituto de Geografia. (2006)
- OLIVEIRA, Patrícia Dalmina. **A Rede Urbana no Extremo Oeste Catarinense: Uma reflexão sobre sua formação.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): PGAU-Cidade, Florianópolis, SC: 2016
- PELISSARI, W. **As origens da Feira de Produtos Agrícolas em Descanso/ SC.** Descanso, Santa Catarina, 25 abr. 2017. Entrevista concedida à Keila Jaine Wronski.
- PERTILE, Noeli. Espacialidade das Ações Humanas: O trabalho cotidiano na agricultura familiar no oeste catarinense. In: Campos. J. N., BRANDT, M., CANCELIER, J. W. [orgs]. **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos.** 1ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- PLEIN, Clério. A formação da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina: O caso das colônias Porto Feliz e Porto Novo. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, p.79-102, 2005. Anual. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7401>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- SCHNEIDER, Sergio et al. **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2015. 624 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 01 maio 2017.
- SULZBACHER, Aline Weber. **Agroindústria familiar rural: Caminhos para estimar impactos sociais.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-25.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2009, vol. 17, n. 1, p.60-85.